

PLATAFORMA EDUCACIONAL UAB – UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR

Jacques Fernandes Santos

Doutorando em Educação pela Universidade Tiradentes – Aracaju (SE)
Mestre em Gestão pela Universidade de Pernambuco – UPE – Recife (PE)
Docente do Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL – Campus Santana do Ipanema (AL)

Deivid Maciel de Oliveira Silva

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – Paulo Afonso (BA)

Vinícius Silva Santos

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – Aracaju (SE)
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – Aracaju (SE)
Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus VIII

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa traz uma leitura, breve, das informações contidas na literatura científica a respeito da oferta de Educação a Distância pela Plataforma Educacional UAB, uma iniciativa pública, sobre a qual observamos desde seu histórico, passando pelo referencial teórico em relação ao modelo EaD, para então refletir sobre os principais avanços e desafios dessa plataforma que age no sentido de democratizar o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: UAB, Educação, Distância, Histórico, Avanços.

ABSTRACT

The present research work brings a brief reading of the information contained in the scientific literature regarding the provision of distance education by educational platform UAB, a public initiative, on which we see from your history, passing by theoretical framework in relation to the EaD model to reflect on the main advances and challenges of this platform that acts in order to democratize access to higher education.

Keywords: UAB, Education, Distance, Historic, Advances.

INTRODUÇÃO

Criada em 2005 a Universidade Aberta do Brasil (UAB), nasceu das pretensões do país de seguir expandindo a oferta de Ensino Superior, e alcançar, sobretudo, o interior onde a oferta ainda é escassa e a necessidade de formação de profissionais qualificados aumenta. Assim, essa importante iniciativa do Ministério da Educação, criada em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação focava as Políticas e a Gestão da Educação Superior, dando um novo passo da história da Educação a Distância nas terras brasileiras. Mas o que há de diferente nesta proposta que signifique o rompimento com antigos paradigmas dessa modalidade, o que ela significou em termos de avanço na medida em que se comprometeu a ofertar novas oportunidades. E mais, que desafios lhe são impostos, visto que toda prática educacional exige uma reflexão – e porque não dizer uma autocrítica – de sua prática.

Tendo como objeto de estudo a própria UAB este artigo se propõe a avaliar esses pontos que montam um panorama da Educação Superior EAD da iniciativa pública, salvos, até onde nos permitirem os dados disponibilizados. Para tanto, visitaremos autores que se debruçaram sobre a temática, coletando aquilo que se destacou nas análises tanto das oportunidades criadas como os desafios que a UAB traz para o contexto social, econômico, educacional e demais ciências com as quais seja possível fazer um cruzamento para obter uma leitura o mais fiel possível. Um método de pesquisa bibliográfico mais do que adequado para o objeto de pesquisa.

A análise seguirá apresentando as bases do pensamento teórico a respeito da modalidade EaD, perpassando por autores como Landim (1997) e Niskier (2000) que traçam relevante observação sobre essa forma de ensino, que embora não seja novidade, não deixa de se reinventar para buscar estar sempre mais próxima das pessoas. O próximo ponto nos colocará diante dos principais críticos que debatem a estrutura da UAB, em que aspectos

representa um avanço na criação de oportunidades de formação e que desafios, mais que estruturais, mas também conjecturais põem em risco o conceito e mesmo se a ideia/princípio cabem ainda no que esta posto. A análise será concluída com um quadro onde pontos serão relativizados para oferecer uma leitura própria, e alcançar o que se deseja para este estudo de maneira direta e concisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A construção da presente pesquisa parte da preocupação em compreender, dentro da linha de investigação bibliográfica, o que se pode afirmar quanto aos avanços, assim, como os desafios da Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil – UAB. O aspecto, contudo, deva-se salientar não apresenta uma visão universal do problema, mas uma abordagem pontual que nos permitirá construir um saber a respeito da temática conforme ressalta PIZZANI citando BOCCATO. A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para tanto, a revisão da literatura científica publicada passa pela consulta aos vários pesquisadores que dedicaram à investigação do tema da UAB, coletando, aquilo que permite a construção de um saber significativo sobre o tema. E desta maneira colaborar com o saber científico, em tempo, “é o que cada indivíduo constrói como produto do processamento, da interpretação e da compreensão de uma informação”, Valente (2003, p. 98).

1 O MODELO EAD NO BRASIL

Embora o termo tenha sido amplamente associado às iniciativas através da web, a Educação a Distância (EaD) não é uma novidade no Brasil, ao longo do tempo, e conforme avançaram as tecnologias o modelo de EaD sofreu inúmeras variações.

As primeiras iniciativas aconteceram por meio de cursos por correspondência, o rádio e televisão foram usados como meios de apoio. Ainda hoje é possível ver nas agências dos Correios cursos profissionalizantes por correspondência. Focados na formação profissional esses cursos também buscaram promover, no início do século passado, a alfabetização para comunidades mais isoladas através do rádio. O surgimento de programas mais formais, mirando programas de formação continuada e de formação superior, surgiram nos anos 90, quando tal regulação foi incentivada pela lei. A partir da Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para todos os níveis de ensino (LDB), o ensino a distância, conforme dispõe o parágrafo 4º, do inciso IV, do artigo 32, passa a ser definido como uma modalidade utilizada para “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”; e segundo o inciso 2, do artigo 87, cada município deve ser responsável por “prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados.”

O artigo 80 da mesma lei estabelece que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996). Assim, essa modalidade de ensino se expande “como um meio auxiliar de indiscutível eficácia” para enfrentar “os déficits educativos e as desigualdades regionais”, destaca o Plano Nacional de Educação, exigido pela LDB e que passou a vigorar em janeiro de 2001.

Como colocamos anteriormente, uma evolução acompanhada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Um avanço por vezes confrontado pelas limitações socioeconômicas da população – por isso, o modelo EaD precisou resolver não apenas o problema de acesso à formação, mas a questão do custeio, sendo, em geral, uma proposta mais viável.

Visão partilhada por Nunes (2010, p. 20), afirma que a educação a distância democratiza o acesso à educação, incentiva a educação permanente e permite a atualização e o aperfeiçoamento profissional, exigindo menor quantidade de recursos financeiros. De outra forma, os benefícios que a EaD proporciona podem ser explicados por sua característica principal, que é a separação física entre professor e estudante, na qual cabe ao aluno decidir o local e o horário de seu estudo.

Para além de uma resolução comercial, podemos classificar que a implementação e ampliação da EaD no país cumpre um outro papel, ainda mais nobre, o de ampliar o acesso ao ensino superior no país, conforme afirma SANTOS (2016), em seu artigo sobre a UAB e os avanços da EaD, ela diz que “Trata-se de uma importante

política de democratização do Ensino Superior no país, que veio trazer uma inovação significativa na expansão do ensino público de qualidade (...). Um ponto que certamente marca a evolução da oferta do ensino superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO DO MODELO EAD

Compreender as bases teóricas fundamentam a prática, e mais, constroem a evidencia científica de sua eficácia são essenciais, visto que toda prática deve estar alicerçada por uma reflexão que direcione o fazer, não menos que isso, já que a EaD é política-prática educacional onde estão amparados os sonhos e as expectativas de milhões. Segundo dados do Censo do Ensino Superior, levantados em 2015, só a rede privada concentrava a maior parte das matrículas na modalidade – 1.265.359, representando 90,8% do total de 1.393.752 registradas para aquele ano.

Portanto, com a expansão dessa modalidade é importante definir de forma clara os objetivos dos cursos de EAD, tendo sempre a intenção de realizar uma atividade capaz de interferir positivamente na sociedade. A estrutura administrativa da EAD, criada pelo Ministério da Educação (MEC), com a criação de uma secretaria específica para EAD, manuais de avaliação e regras próprias para credenciamento de Instituições, autorização e reconhecimento de cursos, tem permitido que a educação a distância se desenvolva em paralelo com a Educação Presencial.

Porém, existe uma perspectiva da convergência das duas modalidades, contando com um fator que as duas têm em comum, ou seja, a necessidade de utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação para o desenvolvimento das atividades educativas. Segundo Landim (1997) as bases teóricas da Educação a distância ainda são frágeis, porque, realmente, não é fácil estabelecer fundamentos neste campo, o que se explica, em parte, certamente, pela falta de um estudo de conjunto das variadas experiências, raramente mal sucedidas, aliás, que se espalham em dezenas de países, cada qual com suas peculiaridades, interesses, conveniências e objetivos, não se tendo chegado, ainda, a envidar esforços nacionais ou internacionais para embasamento teórico das experiências realizadas separadamente.

Os pressupostos teóricos da educação a distância, ainda carentes de maior aprofundamento, segunda a mesma autora, retomam a teoria da autonomia e independência; a teoria da industrialização e a teoria da interação e da comunicação. São essas teorias que procuram fundamentar solidamente a EAD.

Já no que se refere ao conceito de educação a distância. Niskier (2000), diz que a EAD tornou-se a modalidade fundamental de aprendizagem e ensino, no mundo inteiro. Antes cercada de mistério, hoje é até mesmo reivindicada por sindicatos poderosos, no Brasil, onde o seu prestígio cresce de forma bastante visível. Parte-se de um conceito extremamente simples: alunos e professores separados por uma certa distância e, as vezes pelo tempo. A modalidade modifica aquela velha ideia de que, para existir ensino, seria sempre necessário contar com a figura do professor em sala e de um grupo de estudantes.

Mas é na obra de PIVA (2011), EAD na prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online onde podemos encontrar as principais bases teóricas da modalidade EaD. Ao retomar, inclusive, o apóstolo Paulo, famoso por suas epístolas que remete aos primeiros registros de um ensino a distância. Mas o próprio conceito de EaD encontrou dificuldades para encontrar uma unanimidade, até que KEEGAN (1983), reuniu os elementos necessários para a terminologia, a saber:

- Separação entre professor e aluno, o que distingue do ensino presencial;
- Influência de uma organização educacional especialmente na planificação e preparação de materiais de aprendizagem;
- Uso de mídias tecnológicas para unir professores e alunos;
- Proporciona a comunicação bidirecional, de forma que o aluno possa se beneficiar ou criar diálogos;
- Possibilidade de encontros presenciais para propósitos didáticos ou de socialização;

A distância física entre professores e alunos, a comunicação com o uso da mídia, são inovações trazidas pela EAD que se constituem num desafio para as instituições de ensino. Exigem investimentos em tecnologia avançada para a mediação e ao mesmo tempo mudança na cultura dos professores e alunos que tem como parâmetro o modelo pedagógico presencial, caracterizado pela presença física de professores e alunos num

mesmo tempo e espaço. Com um processo focado no aluno, o sucesso da metodologia de ensino mediada pela tecnologia recai sobre o mesmo. Onde as oportunidades educacionais acontecem, segundo MUGNOL (2009), com o comprometimento e responsabilidade do aluno, orientação e apoio dos professores disponível em todos os momentos, a utilização compartilhada de métodos e meios de transmissão das informações, o respeito às diferenças individuais com a utilização de métodos capazes de respeitar o ritmo da aprendizagem de cada estudante. Assim, o método EaD cumpre seu objetivo construindo um saber cooperativo – fundamentalmente – visto que sem comprometimento não há como erguer o saber, algo próximo do saber participativo, em que as relações comunicacionais, embora distantes, devem e são – ao que parece – estimuladas.

3 A PLATAFORMA UAB: AVANÇOS E DESAFIOS

Foi ainda, no distante ano de 1996, que os alicerces da criação da Universidade Aberta do Brasil foram lançados. Com a implantação dos consórcios BRASILEAD (1996) e UNIREDE (2000), formados por Instituições Públicas de Ensino Superior. Mas foi apenas com a criação da Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação em 2003 que os primeiros passos permitiram a construção do que hoje é a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Sistema UAB pode, assim, instituir parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas em nível de ensino superior. E vem viabilizar mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada.

Sua prioridade é a capacitação de professores da educação básica e para isto, a UAB não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. A prioridade são os professores que atuam na educação básica, mas isso não significa que não seja um direito de todos, já que prioriza a educação de um modo geral.

A UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais que são (CAPES):

1. A expansão pública da educação superior como processo de democratização e acesso;
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, para então possibilitar a expansão de propostas educacionais dos estados e municípios;
3. Avaliação da educação superior a distância de acordo com os processos do MEC;
4. Estimular a investigação em educação superior a distância no País;
5. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

A base da UAB é o aprimoramento da educação a distância, e que sua missão é expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. E para ofertar cursos a distância, cada município deve montar um polo presencial, com laboratórios de informática, biologia, química e física, além de biblioteca, e toda essa infraestrutura, inclui ainda o apoio de tutores que ficam à disposição dos alunos. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior de todo país, que desenvolvem material didático e pedagógico. Apesar de priorizarem a capacitação de professores em base de licenciatura, existe ainda a formação de outros cursos nas mais variadas áreas. A articulação é feita entre instituições públicas de ensino e os polos de apoio presencial, cabendo ao sistema UAB assegurar o fomento de determinadas ações de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos.

Para estudar em um dos polos UAB o ingresso é feito ou pelo Plano Nacional de Formação de Professores ou pela candidatura de vagas ofertadas a comunidade. Segundo o portal do MEC, a Universidade Aberta do Brasil tem 555 polos (fases um e dois) nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal.

Neste ponto, analisaremos o que representa de avanço e aquilo que ainda constitui desafio para a UAB. O primeiro avanço que pode ser destacado é o sucesso da implementação do Sistema UAB como política pública, dadas as dimensões do Brasil, um país continental, o projeto conseguiu chegar a todos os entes da federação. Contudo, não encontramos dados que comprovem se a interiorização de fato ocorreu. Algo que ainda se põe como desafio, não obstante, é comum o deslocamento de estudantes para outras cidades em busca de formação, embora a UAB não possa contemplar as áreas de formação mais atraentes ou mesmo que se encaixem nas demandas locais, ela pode constituir-se como opção para ingresso/entrada no ensino superior.

Mesmo o sucesso na oferta do acesso seja ainda colocado em debate, há outro ponto que se põe como desafio: a evasão, especialmente acentuada a EaD. ALMEIDA (ANO?) ao citar um estudo sobre o motivo da evasão indicou três pontos comuns à realidade:

1. Carga de trabalho, definida como a percepção do participante sobre o grau de exigência do trabalho que executa em seu emprego;
2. Integração social, medida com base nas percepções que o participante possui sobre o apoio e encorajamento que recebe das pessoas que o rodeiam para estudar e sentir-se parte da universidade;
3. Anseio, compreendida como o desejo do aluno de concluir o curso.

Boa parte do peso que estes pontos trazem para os índices diz respeito também ao perfil dos estudantes, em sua maioria, jovens adultos, que buscam conciliar as responsabilidades com a família e o trabalho com os estudos que oferecem uma nova perspectiva profissional e para o futuro, na construção de novas oportunidades do mercado de trabalho. Vale refletir que o sucesso dos seus ingressantes e a diminuição da evasão depende, em geral, de fatores sobre os quais as direções de polos EaD. No Sistema UAB não encontramos dados sobre o perfil do público que possam confirmar essa impressão levantada na pesquisa, embora sejam nos teóricos que encontramos fundamentação.

Na revisão da literatura, outro ponto que coloca como desafio é a própria formatação, ainda limitada, do Sistema UAB, como critica GOMES (2013):

(...) sua grande motivação era, e continua sendo, estimular a formação inicial e continuada – e aligeirada - de professores, em busca da melhoria da qualidade da educação básica. Um lado negativo dessa iniciativa é que, embora os conhecimentos acumulados pelas IES privadas e comunitárias tenham ajudado a alavancar a criação da UAB, essas universidades acabaram sendo alijadas do processo, ficando apenas com as sobras e com os cursos cujos investimentos o governo não bancaria.”
GOMES (2013)

Isto ao se referir aos cursos que despertariam maior interesse da potencial comunidade acadêmica que precisava formação complementar ou mesmo de uma formação adequada, para os professores que ainda lecionavam em disciplinas diferentes de sua formação. A EaD como estratégia de inovação pedagógica ganha espaço e desenvolve-se como alternativa de expansão das oportunidades de acesso dos indivíduos nos diferentes níveis educacionais, principalmente no nível superior. Segundo NUNES (1994), a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida.

O professor assume um papel de mediação, não tendo um papel isolado do sistema – não está sozinho ou por sua conta própria (GOMES 2013, apud ALMARAZ, 1999). Na modalidade, permanece a coexistência da dinâmica de aulas presenciais (semipresenciais ou a utilização do recurso videoaula), porém com autonomia para a construção de uma pauta de estudo pelo educando; na modalidade totalmente EaD, o docente não se faz presente, mas transmite os conhecimentos por intermédio dos programas de ensino e dos materiais instrucionais, conforme a ementa, dentre outros.

Uma relação que exige o comprometimento do aluno que ao lado de uma tutoria adequada favorece o desenvolvimento das habilidades pretendidas. Uma última reflexão parte ainda sobre a metodologia pedagógica, tendo em vista a expansão da modalidade EaD. Como provoca SANTOS (2015) a tecnologia por si só não é capaz de promover educação. É verdade que a difusão das tecnologias trouxe maior interatividade em cursos a distância e melhorias no acesso à informação e conhecimento, contribuindo para a crise do modelo de educação baseado na transmissão de conhecimento. Contudo, percebemos que muitos tem sido os estudos em relação às

possibilidades tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem, mas pouco se fala sobre a necessidade de mudanças nas práticas educacionais e modelos pedagógicos e sua influência no processo de ensino e aprendizagem.”

Mesmo com toda a construção histórica do modelo EaD, estudiosos por vezes questionam a viabilidade, a efetividade da confiança no processo educacional todo confiado à Educação a Distância.

O que se compreende, ao observar as vozes em torno do modelo EaD e do Sistema UAB é que como avanço de política pública e de oferta de ensino/formação complementar o projeto traz essa contribuição essencial. O que permeia com discussões dialéticas em torno da eficiência do modelo onde pesam fragilidades sobre o que está sendo ofertado e o que se necessita, para ser levado, como Universidade Aberta ainda há muitos anseios e desejos que precisam ser respondidos na sociedade, não apenas no que se refere à atenção de professores da educação básica, mas daqueles que ainda precisam aportar no ensino superior: essa é certamente a grande oportunidade para a qual a UAB precisa aflorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho nos permitiu refletir sobre a construção do modelo de ensino a distância no país, com a web veio a grande evolução na oferta que atende milhares de pessoas. Com a criação da UAB – iniciativa pública e articulada entre entidades, que visava em sua essência a formação continuada de professores, percebemos também a grande oportunidade na democratização do ensino superior, mas, mesmo esse, se depara com as dicotomias do país onde a oferta por entidades privadas segue estimulada – como interesse de mercado – o modelo EaD da UAB também atende desejos/interesses sociais. Essa é nossa conclusão, mesmo com os questionamentos sobre a efetividade do processo, entre desafios e oportunidades esse pode ser o próximo grande passo.

REFERÊNCIAS

ALMARAZ, J. Alguns pré-requisitos funcionais dos sistemas de educação a distância. Anais do XVII Curso Ibero-americano de Educación a Distancia. Madrid: IUED/UNED, 1999.

BRASIL. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 19/04/2018.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acesso em 19/04/18.

MUGNOL, Marcio. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: conceitos e fundamentos. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. 1º Capítulo do livro: Educação a distância Estado da arte. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2010.

PIZZANI, Luciana, ET AL .A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO, IN BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

SANTOS, Andreine Lizandra dos,. DIREITO À EDUCAÇÃO: A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. 2016. II mostra nacional de trabalhos científicos.

VALENTE, J. A. Educação à distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. Interface – Comunic., Saúde, Educ., Botucatu, v. 7, n. 12, p.139-148, 2003.